

SUMÁRIO

TÍTULO I DIREITO PROCESSUAL PENAL EM GERAL

1.	Linhas introdutórias.....	41
1.1.	Conceito e finalidade.....	41
1.2.	Características	42
1.3.	Posição enciclopédica.....	42
2.	Entendendo o tema	42
2.1.	Interesse.....	42
2.2.	Pretensão.....	42
2.3.	Lide.....	43
2.4.	Ação	43
2.5.	Processo	44
2.5.1.	Procedimento	44
2.5.2.	Relação jurídica processual	45
2.5.3.	Natureza jurídica do processo.....	46
3.	Sistemas processuais.....	47
3.1.	Sistema inquisitivo	47
3.2.	Sistema acusatório	48
3.3.	Sistema misto ou acusatório formal	49
4.	Fontes.....	49
4.1.	Fonte de produção ou material.....	49
4.2.	Fonte formal ou de cognição	50
5.	Analogia.....	50
5.1.	Analogia <i>legis</i>	50
5.2.	Analogia <i>juris</i>	51
6.	Interpretação da lei processual penal.....	51
6.1.	Classificação	51
6.1.1.	Quanto à origem ou ao sujeito que realiza a interpretação.....	51
6.1.2.	Quanto ao modo ou aos meios empregados na interpretação	52
6.1.3.	Quanto ao resultado da interpretação	52
7.	A lei processual penal no tempo.....	53
8.	A lei processual penal no espaço.....	54
9.	Quadro sinótico.....	56
10.	Súmulas do STJ.....	58
11.	Súmulas do STF.....	58

TÍTULO II

PRINCÍPIOS INFORMADORES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Introdução.....	59
2. Princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade.....	59
3. Princípio da imparcialidade do juiz.....	62
4. Princípio da igualdade processual (princípio da paridade de armas e sua distinção).....	62
5. Princípio do contraditório ou bilateralidade da audiência.....	63
6. Princípio da ampla defesa.....	64
7. Princípio da ação, demanda ou iniciativa das partes.....	65
8. Princípio da oficialidade.....	65
9. Princípio da oficiosidade.....	65
10. Princípio da verdade real.....	65
11. Princípio da obrigatoriedade.....	66
12. Princípio da indisponibilidade.....	68
13. Princípio do impulso oficial.....	68
14. Princípio da motivação das decisões.....	68
15. Princípio da publicidade.....	69
16. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	71
17. Princípio do juiz natural.....	71
18. Princípio do promotor natural ou do promotor legal.....	71
19. Princípio do defensor natural.....	72
20. Princípio do devido processo legal.....	72
21. Princípio do <i>favor rei</i> ou favor réu.....	73
22. Princípio da economia processual.....	73
23. Princípio da oralidade.....	73
24. Princípio da autoritariedade.....	74
25. Princípio da duração razoável do processo penal.....	75
26. Princípio da proporcionalidade.....	76
27. Princípio da inexistência de autoincriminação.....	78
28. Princípio da cooperação processual.....	79
29. Quadro sinótico.....	80
30. Súmulas do STJ.....	81
31. Súmulas do STF.....	81

TÍTULO III

JUIZ DAS GARANTIAS

1. Conceito.....	83
2. Fundamento constitucional.....	83
3. Suspensão cautelar da eficácia dos arts. 3º-A a 3º-F do CPP.....	84
4. Implementação e resistência ao juiz das garantias.....	86
5. Responsabilidades e competências criminais.....	87
5.1. Controlar a legalidade da investigação criminal.....	88
5.2. Salvar os direitos individuais submetidos à cláusula especial de reserva jurisdicional.....	88
5.3. Receber comunicação imediata da prisão.....	89
5.4. Receber o auto de prisão em flagrante para o controle da legalidade da prisão.....	89
5.5. Zelar pela observância dos direitos do preso, podendo determinar que este seja conduzido à sua presença, a qualquer tempo.....	89
5.6. Ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal.....	90
5.7. Decidir sobre o requerimento de prisão provisória ou outra medida cautelar.....	91
5.8. Prorrogar prisão provisória ou outra medida cautelar, substituí-las ou revogá-las.....	91
5.9. Decidir sobre o requerimento de produção antecipada de provas consideradas urgentes e não repetíveis.....	91
5.10. Prorrogar o prazo de duração do inquérito, estando o investigado preso.....	92
5.11. Determinar o trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento.....	92
5.12. Requisitar documentos, laudos e informações ao delegado de polícia sobre o andamento da investigação.....	92

5.13. Decidir sobre requerimentos de afastamento de sigilo telefônico, de fluxo de comunicações, fiscal, bancário, de dados, de busca e apreensão, de informações e outros meios de obtenção de provas	93
5.14. Julgar o habeas corpus impetrado antes do oferecimento da denúncia	93
5.15. Determinar a instauração de incidente de insanidade mental	93
5.16. Decidir sobre o recebimento da denúncia ou queixa	93
5.17. Assegurar o direito do investigado e do seu defensor ao acesso a todos os elementos informativos e provas produzidos na investigação criminal	94
5.18. Deferir pedido de admissão de assistente técnico para acompanhar a produção da perícia	94
5.19. Decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal ou os de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação	94
5.20. Outras matérias definidas como da competência do juiz das garantias	94
6. Quadro sinótico	95
7. Súmulas do STF	96

TÍTULO IV

INQUÉRITO POLICIAL E OUTROS SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

1. A persecução criminal	97
2. Polícia judiciária e polícia administrativa	97
3. Conceito e finalidade	98
4. Natureza jurídica	99
5. Destinatários	99
6. Características	99
6.1. Discricionariedade	99
6.2. Escrito	100
6.3. Sigiloso	100
6.4. Oficialidade	102
6.5. Oficiosidade	102
6.6. Indisponibilidade	103
6.7. Inquisitivo	103
6.7.1. Sigilo e sua relação com a natureza inquisitiva da fase pré-processual	105
6.7.2. Direito do advogado de se fazer presente às declarações do investigado	106
6.7.3. Nulidade do ato investigativo sem que seja assegurado ou permitido advogado	106
6.8. Autoritariedade	107
6.9. Dispensabilidade	107
7. Competência (atribuição)	107
8. Prazos	109
8.1. Regra geral	109
8.2. Prazos especiais	109
8.2.1. Prazos para inquéritos a cargo da polícia federal	109
8.2.2. Prazo para inquéritos policiais por crimes contra a economia popular	109
8.2.3. Prazos para inquéritos policiais por crimes de tráfico de drogas	109
8.2.4. Prazos para inquéritos policiais militares	109
8.3. Contagem do prazo	109
9. Valor probatório	110
10. Vícios	112
11. <i>Notitia criminis</i> (notícia do crime ou notícia do fato)	112
11.1. Espécies de notícia-crime	113
11.1.1. Notícia-crime espontânea (cognição imediata)	113
11.1.2. Notícia-crime provocada (cognição mediata)	114
11.1.3. Notícia-crime revestida de forma coercitiva	115
12. Peças inaugurais	115
13. Incomunicabilidade	116
14. Providências	116
15. Indiciamento	123
15.1. Indiciado incapaz	123
15.2. Desindiciamento	123

15.3. Vedações ao indiciamento.....	124
15.4. Afastamento do servidor público indiciado em crimes de lavagem de dinheiro	124
15.5. Limites ao indiciamento	124
16. Encerramento	125
16.1. Procedimento para o inquérito policial que apura crime de ação penal pública	126
16.1.1. Quais são as hipóteses que autorizariam o pedido de arquivamento?.....	126
16.1.2. Legitimidade para o arquivamento, consequências jurídicas e coisa julgada.....	127
16.1.3. Recorribilidade contra a decisão de arquivamento e ação privada subsidiária da pública	129
16.1.4. Divergência do magistrado quanto ao pedido de arquivamento do inquérito policial e distinções do procedimento conforme a competência da Justiça.....	130
16.1.4.1. Divergência do juiz de direito quanto ao pedido de arquivamento	130
16.1.4.2. Divergência quanto ao pedido de arquivamento na justiça federal.....	131
16.1.5. Arquivamento no âmbito do STF.....	131
16.1.6. Arquivamento no âmbito dos Tribunais de Justiça	132
16.1.7. Arquivamento e divergência no âmbito do órgão revisional do Ministério Público.....	133
16.1.8. Desarquivamento	133
16.1.9. Arquivamento implícito	134
16.1.10. Arquivamento indireto.....	135
16.1.11. Arquivamento provisório.....	135
16.2. Procedimento para o inquérito policial que apura crime de ação penal privada.....	135
16.3. Arquivamento do inquérito policial sem requerimento do Ministério Público.....	136
17. Investigações preliminares diversas do inquérito policial.....	137
17.1. Verificação de procedência das informações (VPI)	137
17.2. Inquéritos parlamentares.....	137
17.3. Inquéritos policiais militares.....	138
17.4. Inquérito civil	139
17.5. Inquérito judicial	139
17.6. Inquéritos por crimes praticados por magistrados ou promotores.....	139
17.7. Investigações envolvendo autoridades que gozam de foro por prerrogativa de função	139
17.8. Investigações de ofício pelo STF	139
17.9. Investigações particulares e investigação criminal defensiva	140
17.10. Investigações a cargo do Ministério Público	140
17.11. Investigações pelos demais órgãos públicos.....	141
17.12. Termo circunstanciado de ocorrência	141
17.13. Investigações conjuntas	142
18. <i>Lawfare</i> na investigação preliminar	142
19. <i>Trial by media</i> ou publicidade ostensiva.....	143
20. Controle externo da atividade policial	144
21. Quadro sinótico.....	144
22. Súmulas do STJ	148
23. Súmulas do STF	148

TÍTULO V AÇÃO PENAL

1. Conceito.....	149
2. Características.....	149
3. Localização no ordenamento jurídico	150
4. Condições para o exercício da ação penal.....	150
4.1. Condições genéricas	151
4.1.1. Interesse de agir.....	151
4.1.2. Legitimidade (<i>legitimatío ad causam</i>)	152
4.1.3. Justa causa.....	153
4.2. Condições específicas.....	154
4.2.1. Condições de procedibilidade.....	154
4.2.2. Condições específicas constitucionais.....	154

4.2.3.	Condições específicas legais.....	155
4.2.4.	Condições específicas jurisprudenciais.....	155
4.3.	Condições objetivas de punibilidade.....	155
4.4.	Condições de prosseguibilidade.....	155
4.5.	Oportunidade para verificação das condições para o exercício da ação penal.....	156
5.	Classificação das ações	157
6.	Ação penal pública incondicionada	158
6.1.	Princípios informadores	159
6.1.1.	Princípio da obrigatoriedade (legalidade processual).....	159
6.1.2.	Princípio da indisponibilidade ou da indesistibilidade	160
6.1.3.	Princípio da oficialidade.....	161
6.1.4.	Princípio da autoritariedade.....	161
6.1.5.	Princípio da oficiosidade	161
6.1.6.	Princípio da indivisibilidade	161
6.1.7.	Princípio da intranscendência ou da pessoalidade.....	162
7.	Ação penal pública condicionada	162
7.1.	Representação da vítima	163
7.1.1.	Destinatários	163
7.1.2.	Ausência de rigor formal.....	163
7.1.3.	Prazo para oferecimento da representação e sua contagem.....	163
7.1.4.	Menor representado	164
7.1.5.	Sucessão processual.....	164
7.1.6.	Ausência de vinculação do Ministério Público	164
7.1.7.	Eficácia objetiva.....	165
7.1.8.	Retratação.....	165
7.2.	Requisição do Ministro da Justiça.....	166
7.2.1.	Destinatário	166
7.2.2.	Prazo para oferecimento da requisição	166
7.2.3.	Impossibilidade de retratação	166
7.2.4.	Ausência de vinculação do Ministério Público	166
7.2.5.	Eficácia objetiva.....	166
8.	Ação penal privada.....	166
8.1.	Titularidade	167
8.2.	Princípios informadores.....	167
8.2.1.	Princípio da oportunidade ou conveniência	167
8.2.2.	Princípio da disponibilidade.....	168
8.2.3.	Princípio da indivisibilidade.....	170
8.2.4.	Princípio da intranscendência ou da pessoalidade.....	170
8.3.	Espécies de ação penal privada.....	171
8.3.1.	Ação penal exclusivamente privada ou propriamente dita	171
8.3.2.	Ação penal privada personalíssima	171
8.3.3.	Ação penal privada subsidiária da pública, supletiva ou acidentalmente privada.....	171
8.4.	Custas e honorários advocatícios	172
9.	Questões complementares	173
9.1.	Ação de prevenção penal	173
9.2.	Ação penal <i>ex officio</i>	173
9.3.	Ação penal pública subsidiária da pública.....	173
9.4.	Ação penal popular	173
9.5.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual.....	174
9.6.	Ação penal no crime de estelionato	177
9.7.	Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público	178
9.8.	Ação penal secundária.....	178
9.9.	Ação penal adesiva	178
9.10.	Ação penal na injúria racial	179
9.11.	Ação penal extensiva.....	179
9.12.	Ação penal de segundo grau.....	180
10.	Inicial acusatória.....	180

10.1. Requisitos formais.....	180
10.1.1. Descrição do fato, com todas as suas circunstâncias	180
10.1.2. Qualificação do acusado ou fornecimento de dados que possibilitem a sua identificação.....	182
10.1.3. Classificação do crime.....	182
10.1.4. Rol de testemunhas	182
10.1.5. Pedido de condenação	182
10.1.6. Endereçamento	182
10.1.7. Nome e assinatura.....	182
10.1.8. Outros requisitos da inicial acusatória	183
10.2. Prazos para oferta da denúncia.....	183
10.2.1. Regra geral.....	183
10.2.2. Prazos especiais.....	183
10.2.3. Início da contagem do prazo e o seu encerramento.....	184
10.2.4. Desatendimento do prazo.....	184
10.3. Prazos para oferta da queixa-crime	184
10.3.1. Regra geral.....	184
10.3.2. Prazos especiais.....	184
10.4. Aditamento da queixa	185
10.5. Rejeição da denúncia ou queixa	185
10.5.1. Repropositura da ação	187
10.5.2. Rejeição <i>versus</i> não recebimento.....	187
10.5.3. Rejeição parcial.....	187
10.5.4. Recurso para combater a rejeição.....	188
10.5.5. Efeito do julgamento do recurso contra a rejeição da inicial.....	188
10.5.6. Preservação do contraditório e da ampla defesa no recurso contra a rejeição da inicial	188
10.6. Fundamentação do recebimento e recebimento tácito.....	188
11. Quadro sinótico.....	189
12. Súmulas do STJ.....	193
13. Súmulas do STF.....	193

TÍTULO VI

AÇÃO CIVIL EX DELICTO

1. Considerações iniciais.....	195
2. Ação civil <i>ex delicto</i> de conhecimento ou de cognição, ação de ressarcimento do dano ou ação civil <i>ex delicto</i> em sentido estrito (art. 64, parágrafo único, CPP).....	196
3. Ação civil <i>ex delicto</i> de execução ou ação civil <i>ex delicto</i> em sentido amplo (art. 63, parágrafo único, CPP).....	196
4. Legitimidade ativa e passiva	196
5. Competência.....	197
6. Sistemas processuais de reparação de dano decorrente de infração penal.....	198
7. Suspensão da demanda civil	200
8. Execução da sentença condenatória penal	200
9. Sentenças penais sem qualidade de título executivo.....	200
10. Sentença absolutória e subordinação temática.....	201
10.1. Absolvição pela prova da inexistência do fato (art. 386, I, CPP)	201
10.2. Não houver prova da existência do fato (art. 386, II, CPP).....	202
10.3. Não constituir o fato infração penal (art. 386, III, CPP).....	202
10.4. Estar provado que o réu não concorreu para a infração penal (art. 386, IV, CPP)	202
10.5. Não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal (art. 386, V, CPP)	202
10.6. Existir circunstância que exclua o crime (art. 386, VI, primeira parte, CPP).....	202
10.7. Existir circunstância que isente o réu de pena (art. 386, VI, segunda parte, CPP).....	203
10.8. Não existir prova suficiente para a condenação (art. 386, VII, CPP).....	203
11. Efeitos civis de outras sentenças e decisões penais	203
12. Revisão criminal e ação rescisória.....	204
13. Prazo prescricional	204
14. Quadro sinótico.....	204
15. Súmulas do STJ.....	206

TÍTULO VII JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

CAPÍTULO 1 – JURISDIÇÃO	207
1. Conceito	207
2. Jurisdição típica: Poder Judiciário ou Justiça Ordinária	208
3. Jurisdição atípica: justiça extraordinária ou justiça política	208
4. Princípios	209
4.1. Princípio da investidura	209
4.2. Princípio da indelegabilidade	209
4.3. Princípio do juiz natural	210
4.4. Princípio da inafastabilidade	211
4.5. Princípio da inevitabilidade ou da irrecusabilidade	212
4.6. Princípio da correlação ou relatividade	212
4.6.1. Correlação e <i>emendatio libelli</i>	212
4.6.2. Correlação e <i>mutatio libelli</i>	213
4.7. Princípio do devido processo legal	214
5. Características	215
5.1. Inércia	215
5.2. Substitutividade	215
5.3. Lide	216
5.4. Atuação do direito	216
5.5. Imutabilidade	216
6. Quadro sinótico	217
7. Súmulas do STF	218
CAPÍTULO 2 – COMPETÊNCIA	219
1. Conceito	219
2. Critérios para a determinação da competência	219
2.1. Competência material	220
2.2. Competência funcional	220
3. Competência <i>ratione materiae</i>	221
3.1. Competência da justiça comum estadual	221
3.2. Competência da justiça comum federal	222
3.2.1. Competência para processar e julgar crime político	222
3.2.2. Competência para processar e julgar infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas, empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral	223
3.2.2.1. Infrações abrangidas pela competência do juiz federal no art. 109, IV, parte final, CF	223
3.2.2.2. Bens, interesses ou serviços de ente federal sufragados na competência do art. 109, IV, parte final, CF	223
3.2.2.3. Entes contemplados na competência do art. 109, IV, parte final, CF	225
3.2.2.4. Entes não englobados pela competência do art. 109, IV, parte final, CF	226
3.2.3. Competência para processar e julgar os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente	227
3.2.4. Competência para processar e julgar as causas relativas a direitos humanos	227
3.2.5. Competência para processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho	229
3.2.6. Competência para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira	229
3.2.7. Competência para processar e julgar o habeas corpus e o mandado de segurança em matéria criminal	229
3.2.8. Competência para processar e julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar	230
3.2.9. Competência para processar e julgar os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro	230
3.2.10. Competência para processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas	231
3.3. Competência da justiça especializada militar	231

3.3.1.	Conceito de crime militar como regra geral definidora da competência da justiça castrense.....	231
3.3.2.	Classificação de crime militar para a fixação da competência da justiça militar	232
3.3.3.	Exclusão da competência da justiça militar estadual para julgar crimes dolosos contra a vida de civil	232
3.3.4.	Alteração promovida no CPM pela Lei nº 13.491/2017 e interpretação restritiva	233
3.3.5.	Modificação da competência entre os órgãos da Justiça Militar da União – Lei nº. 13.774/2018	235
3.3.6.	Composição da justiça militar estadual.....	236
3.3.7.	Composição da justiça militar da União.....	236
3.4.	Competência da justiça especializada eleitoral	236
3.5.	Competência pela natureza da infração.....	237
3.6.	Distribuição	237
3.7.	Colegiado de primeiro grau de jurisdição.....	237
4.	Competência <i>ratione loci</i>	238
4.1.	Crêterios de fixação da competência territorial (teorias).....	239
4.1.1.	Teoria do resultado	239
4.1.2.	Teoria da atividade	239
4.1.3.	Teoria do esboço do resultado	240
4.1.4.	Teoria da ubiquidade	240
4.2.	Domicílio ou residência do réu	240
4.3.	Crêterio subsidiário ou da prevenção	241
4.4.	Crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves	242
4.5.	Crimes praticados no exterior.....	243
4.6.	Competência territorial para o processo e julgamento dos crimes de estelionato	243
4.7.	Competência territorial para o processo e julgamento de crime de tráfico internacional de drogas realizado pela via postal	244
5.	Competência <i>ratione personae</i> ou <i>ratione functionae</i>	244
5.1.	Competência do Supremo Tribunal Federal (art. 102, CF).....	245
5.2.	Competência do Superior Tribunal de Justiça (art. 105, CF).....	245
5.3.	Competência dos Tribunais de Justiça.....	245
5.4.	Competência dos Tribunais Regionais Federais (art. 108, CF).....	246
5.5.	Prerrogativa de função e manutenção do cargo ou mandato	246
5.5.1.	Regra da atualidade	246
5.5.2.	Regra da contemporaneidade.....	246
5.5.3.	Regra da atualidade limitada ou restrita	247
5.6.	Cessação do exercício da função com prerrogativa de foro	249
5.7.	Prerrogativa versus tribunal do júri.....	249
5.8.	Prerrogativa funcional dos prefeitos.....	249
5.9.	Foro privilegiado e deslocamento	249
5.10.	Crime de responsabilidade versus improbidade administrativa.....	250
5.11.	Prerrogativa de função e indiciamento.....	250
5.12.	Duplo grau de jurisdição versus cessação da prerrogativa de função	250
5.13.	Prerrogativa de função fixada na Constituição Estadual e o princípio da simetria.....	250
5.14.	Prerrogativa de função e exceção da verdade	251
6.	Competência absoluta versus relativa.....	252
7.	Conexão e continência	254
7.1.	Conexão.....	254
7.1.1.	Conexão intersubjetiva (art. 76, I, CPP).....	254
7.1.2.	Conexão objetiva, material, teleológica ou finalista (art. 76, II, CPP)	255
7.1.3.	Conexão instrumental ou probatória (art. 76, III, CPP).....	255
7.1.4.	Conexão na fase preliminar investigatória.....	255
7.2.	Continência	255
7.2.1.	Continência por cumulação subjetiva (art. 77, I, CPP).....	255
7.2.2.	Continência por cumulação objetiva (art. 77, II, CPP).....	256
7.3.	Preclusão e momento de reconhecimento da conexão ou continência.....	256
8.	Foro prevalente	257
8.1.	Concurso entre júri versus jurisdição comum ou especial.....	257
8.2.	Concurso entre jurisdições de diversas categorias.....	258

8.3. Concurso entre jurisdição comum <i>versus</i> especial	259
8.4. Concurso entre jurisdições de mesma categoria.....	259
9. Separação de processos.....	260
9.1. Separação obrigatória	260
9.2. Separação facultativa	261
10. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	261
10.1. Perpetuação da jurisdição <i>versus</i> desclassificação no rito do júri.....	262
10.2. Perpetuação da jurisdição <i>versus</i> procedimento de tráfico internacional de drogas.....	262
10.3. Supressão e criação de órgão jurisdicional.....	263
10.4. Prorrogação de competência	263
10.4.1. Prorrogação necessária ou legal.....	264
10.4.2. Prorrogação facultativa ou voluntária	264
11. Quadro sinótico.....	264
12. Súmulas do STJ.....	273
13. Súmulas do STF.....	273

TÍTULO VIII PROVAS

CAPÍTULO 1 – TEORIA GERAL DAS PROVAS	275
1. Conceito de prova.....	275
2. Requisitos do procedimento probatório	276
3. Elementos de informação.....	277
4. Meios de prova.....	277
5. Meios de obtenção de prova ou meios de investigação de prova.....	277
6. Fontes de prova	278
7. Técnicas especiais de investigação	278
8. Sucedâneos probatórios.....	278
9. Destinatários da prova.....	280
10. Natureza jurídica	280
11. Objeto	280
11.1. Objeto da prova	280
11.2. Objeto de prova	280
12. Classificação da prova	281
12.1. Quanto ao objeto	281
12.2. Quanto ao efeito ou valor.....	282
12.3. Quanto ao sujeito ou causa.....	282
12.4. Quanto à forma ou aparência.....	282
12.5. Quanto à possibilidade de renovação em juízo.....	283
12.6. Quanto ao momento procedimental.....	283
12.7. Quanto à previsão legal	283
12.8. Quanto à finalidade da prova	284
12.9. Quanto à imposição legal da forma	284
13. Teoria da ilicitude da prova, regra de exclusão ou vedação probatória.....	284
13.1. Provas ilícitas	285
13.2. Provas ilegítimas.....	285
13.3. Provas irregulares.....	285
13.4. Teoria dos frutos da árvore envenenada (<i>fruits of the poisonous tree</i>), teoria da ilicitude por derivação ou <i>taint doctrine</i>	286
13.4.1. Teorias relativizadoras da prova ilícita por derivação	287
13.4.1.1. Teoria da prova absolutamente independente ou teoria da fonte independente.....	288
13.4.1.2. Teoria da descoberta inevitável ou exceção da fonte hipotética independente.....	288
13.4.1.3. Teoria da contaminação expurgada, conexão atenuada, <i>purged taint exception</i> , tinta diluída ou doutrina da mancha purgada.....	289
13.4.1.4. Teoria da boa-fé, exceção da boa-fé, <i>good faith exception</i> ou limitação da boa-fé	289
13.5. Teoria da exclusão da ilicitude da prova.....	290

13.6. Teoria da exceção de erro inócuo	290
13.7. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	291
13.8. Quebra da cadeia de custódia das provas.....	292
13.9. Encontro fortuito de provas ou serendipidade	293
13.10. Inutilização da prova ilícita	295
14. Prova emprestada	295
15. Ônus da prova	297
15.1. Classificação	298
15.1.1. Quanto à consequência da omissão em dele se desincumbir.....	298
15.1.2. Quanto ao seu destinatário	299
15.2. Ônus da prova e <i>standards</i> probatórios.....	299
15.3. Inversão do ônus da prova.....	300
16. Iniciativa do juiz.....	301
17. Sistemas de apreciação da prova	302
17.1. Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção ou <i>secunda conscientia</i>	302
17.2. Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada	302
17.3. Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional.....	303
18. Princípios da prova penal.....	304
18.1. Princípio da autorresponsabilidade das partes.....	304
18.2. Princípio da audiência contraditória.....	304
18.3. Princípio da aquisição ou comunhão	304
18.4. Princípio da oralidade.....	304
18.5. Princípio da publicidade	304
18.6. Princípio do livre convencimento motivado	304
19. Procedimento probatório	304
20. Quadro sinótico.....	305
21. Súmulas do STJ.....	311

CAPÍTULO 2 – PROVAS EM ESPÉCIE 313

1. Exame pericial.....	313
1.1. Perito	313
1.2. Assistente técnico	314
1.3. Realização das perícias.....	315
1.4. Apreciação dos laudos periciais.....	316
1.5. Exame de corpo de delito	316
1.6. Necessidade do laudo	317
1.7. Preservação da cadeia de custódia do vestígio	318
1.8. Outras perícias.....	320
1.8.1. Exame necroscópico	320
1.8.2. Exumação	320
1.8.3. Exame de lesões corporais.....	321
1.8.4. Perícia em incêndio.....	321
1.8.5. Perícia laboratorial.....	321
1.8.6. Exame grafotécnico.....	322
1.8.7. Exame nos instrumentos da infração	322
1.8.8. Exame na destruição ou rompimento de obstáculo e na escalada.....	323
1.8.9. Avaliação.....	323
1.8.10. Exame de embriaguez ao volante	323
2. Interrogatório do acusado	324
2.1. Conceito.....	324
2.2. Natureza jurídica	324
2.3. Necessidade e reinterrogatório	325
2.4. Características	326
2.4.1. Publicidade	326
2.4.2. Personalíssimo.....	326
2.4.3. Local do interrogatório.....	327
2.4.4. Oralidade.....	327

2.4.5.	Individualidade	328
2.4.6.	Judicialidade.....	328
2.4.7.	Espontaneidade.....	328
2.5.	Procedimento.....	329
2.5.1.	Preliminares	329
2.5.2.	Conteúdo.....	331
2.5.3.	Formalidades.....	333
2.6.	Nomeação de curador ao réu incapaz.....	333
2.7.	Compatibilidade com o inquérito policial.....	333
3.	Confissão	333
3.1.	Conceito e objeto	333
3.2.	Natureza jurídica	334
3.3.	Classificação	334
3.3.1.	Quanto ao local ou autoridade perante a qual é feita	334
3.3.2.	Quanto aos efeitos.....	334
3.3.3.	Quanto à forma.....	334
3.3.4.	Quanto à abrangência subjetiva	334
3.4.	Requisitos.....	335
3.4.1.	Requisitos materiais ou intrínsecos.....	335
3.4.2.	Requisitos formais ou extrínsecos	335
3.5.	Peculiaridades da confissão.....	335
3.6.	Valor probatório.....	335
4.	Ofendido.....	335
4.1.	Conceito e natureza jurídica	335
4.2.	Repercussões processuais das declarações do ofendido	335
4.3.	Valor probatório.....	336
4.4.	Prerrogativas.....	336
4.5.	Proteção à mulher ofendida em situação de violência doméstica ou familiar	338
5.	Testemunhas.....	338
5.1.	Conceito e natureza jurídica	338
5.2.	Características da prova testemunhal	338
5.3.	Recusa e impedimento da testemunha	339
5.4.	Demais vedações	339
5.5.	Deveres da testemunha	340
5.6.	Número de testemunhas.....	340
5.7.	Classificação	340
5.7.1.	Quanto ao número de testemunhas.....	340
5.7.2.	Quanto ao objeto do depoimento	341
5.7.3.	Quanto à qualidade do testemunho.....	341
5.8.	Lugar do depoimento, precatória e videoconferência.....	342
5.9.	Testemunho de criança ou de adolescente	343
5.10.	Testemunho dos militares e funcionários públicos	344
5.11.	Procedimento para tomar o depoimento testemunhal	344
5.12.	O depoimento da testemunha.....	345
5.13.	Falso testemunho e prisão em flagrante	347
5.14.	Competência para julgamento do falso testemunho	348
5.15.	Proteção à testemunha.....	348
5.16.	Valor probatório.....	348
6.	Reconhecimento de pessoas e coisas	348
6.1.	Conceito e natureza jurídica	348
6.2.	Reconhecimento de pessoas.....	349
6.2.1.	Procedimento	349
6.2.2.	Intimidação.....	350
6.3.	Reconhecimento fotográfico e fonográfico	351
6.4.	Reconhecimento de coisas.....	352
7.	Acareação	352
7.1.	Conceito e natureza jurídica	352

7.2.	Pressupostos.....	352
7.3.	Procedimento.....	352
7.4.	Valor probatório.....	352
8.	Documentos.....	353
8.1.	Conceito.....	353
8.2.	Espécies de documentos.....	353
8.3.	Requisitos.....	354
8.4.	Produção da prova documental.....	354
8.5.	Tradução do documento.....	354
8.6.	Restituição de documentos.....	355
9.	Indícios e presunções.....	355
9.1.	Conceito.....	355
9.2.	Classificação.....	355
9.3.	Valor probatório.....	356
10.	Quadro sinótico.....	356
11.	Súmulas do STJ.....	366
12.	Súmulas do STF.....	366

CAPÍTULO 3 – MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA 367

1.	Introdução.....	367
2.	Busca e apreensão.....	367
2.1.	Conceito e natureza jurídica.....	367
2.2.	Iniciativa.....	368
2.3.	Objeto.....	368
2.4.	Momento.....	369
2.5.	Espécies de busca.....	369
2.5.1.	Busca domiciliar.....	369
2.5.1.1.	Requisitos do mandado.....	370
2.5.1.2.	Execução da medida.....	370
2.5.1.3.	Duração da diligência.....	372
2.5.1.4.	Busca e apreensão em repartição pública.....	372
2.5.1.5.	Busca e apreensão em escritório de advocacia.....	372
2.5.1.6.	Diligência de busca e apreensão em território diverso da autoridade.....	373
2.5.1.7.	Descoberta de outros elementos de prova durante a busca e apreensão.....	373
2.5.1.8.	Desvio de finalidade.....	374
2.5.1.9.	Justa causa visível.....	374
2.5.2.	Busca pessoal.....	375
3.	Meios de obtenção de prova aplicáveis ao controle da criminalidade organizada.....	377
3.1.	Colaboração premiada.....	377
3.2.	Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos.....	377
3.3.	Ação controlada.....	377
3.4.	Acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais.....	378
3.5.	Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas.....	378
3.6.	Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica.....	378
3.7.	Infiltração de policiais em atividade de investigação.....	378
3.7.1.	Infiltração virtual de agentes.....	379
3.7.2.	Prova indiciária e agente infiltrado.....	380
3.7.3.	Prova indiciária e testemunha por ouvir dizer (<i>hearsay witness</i>).....	380
3.7.4.	Valor probatório do depoimento do agente infiltrado e da <i>hearsay testimony</i>	380
3.8.	Cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal.....	380
4.	Tutela do sigilo das comunicações.....	381
4.1.	Noções fundamentais.....	381
4.2.	Comunicações telefônicas.....	382
4.2.1.	Interceptação telefônica.....	382
4.2.2.	Escuta telefônica.....	384

4.2.3.	Gravação telefônica.....	384
4.2.4.	Registro telefônico.....	385
4.3.	Captação ambiental.....	386
4.3.1.	Captação ambiental de advogados no exercício da advocacia.....	387
4.3.2.	Gravação ambiental.....	388
4.4.	Interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e de telemática.....	388
4.4.1.	Sigilo do smartphone e de aplicativos de conversas digitais.....	389
4.4.2.	Segredo telefônico e dimensões probatórias (gerações de provas ou Trilogia Olmstead-Katz-Kyllo).....	390
4.5.	Sigilo de dados.....	390
4.5.1.	Sigilo fiscal.....	391
4.5.2.	Sigilo bancário.....	391
4.5.3.	Sigilo financeiro.....	391
4.5.4.	Compartilhamento de informações.....	392
4.6.	Interceptação das comunicações telefônicas e ambientais.....	392
4.6.1.	Iniciativa.....	392
4.6.2.	Procedimento e limites.....	393
4.6.3.	Fundamentação, prazo e renovação da interceptação telefônica.....	395
4.6.4.	Prazo e renovação da captação ambiental.....	396
4.6.5.	Condução da interceptação e acompanhamento pelo Ministério Público.....	396
4.6.6.	Transcrição da gravação e auto circunstanciado.....	397
4.6.7.	Inutilização de gravação.....	398
5.	Cooperação Jurídica Internacional para produção probatória.....	398
6.	Quadro sinótico.....	399
CAPÍTULO 4 – ELEMENTOS CONSENSUAIS DE PROVA.....		407
1.	Introdução.....	407
2.	Delação.....	407
3.	Delação premiada.....	408
4.	Delação premiada e colaboração premiada.....	409
5.	Colaboração unilateral e colaboração bilateral.....	409
6.	Colaboração premiada prevista na Lei nº 8.072/1990 (crimes hediondos).....	410
7.	Colaboração premiada prevista no art. 159, § 4º, do CP (extorsão mediante sequestro).....	410
8.	Colaboração premiada prevista na Lei nº 9.807/1999 (proteção a vítimas e testemunhas).....	410
9.	Colaboração premiada prevista na Lei nº 9.613/1998 (lavagem de capitais).....	410
10.	Colaboração premiada prevista na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Tóxicos).....	411
11.	Colaboração premiada prevista na Lei nº 7.492/1986 (crimes contra o sistema financeiro nacional).....	411
12.	Colaboração premiada prevista na Lei nº 8.137/1990 (crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo).....	411
13.	Colaboração premiada prevista na Lei nº 12.529/2011 (crimes diretamente relacionados com a prática de cartel).....	411
14.	Colaboração premiada na Lei nº 12.850/2013.....	412
14.1.	Natureza jurídica do acordo de colaboração premiada e seu procedimento preliminar na Lei de Controle do Crime Organizado.....	412
14.2.	Conceito de organização criminosa.....	412
14.3.	Finalidades do conceito de organização criminosa.....	413
14.4.	Distinção entre organização criminosa e associação criminosa.....	413
14.5.	Limites legais à colaboração premiada da Lei nº 12.850/2013.....	414
14.6.	Pressupostos necessários à homologação da colaboração premiada pelo juiz.....	416
14.7.	Momentos da colaboração premiada e sujeitos envolvidos.....	416
14.8.	Decisão de homologação do acordo de colaboração premiada.....	417
14.9.	Competência para a homologação e para revisão de cláusulas da colaboração premiada.....	418
14.10.	Recursos e regime preclusivo da homologação de colaboração premiada.....	418
14.11.	Valor probatório do acordo de colaboração premiada.....	419
14.12.	Implementação das consequências previstas no termo de acordo de colaboração premiada.....	419
14.13.	Consequências decorrentes da decisão homologatória da colaboração premiada.....	419
14.14.	Limites à suspensão pactuada de garantias e demais disposições sobre o acordo de colaboração premiada.....	420
15.	Quadro sinótico.....	421

TÍTULO IX

PRISÕES E DEMAIS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS

CAPÍTULO 1 – TEORIA DA MEDIDA CAUTELAR	427
1. Introdução.....	427
2. Espécies.....	428
2.1. Medidas cautelares prisionais.....	428
2.2. Medidas cautelares não prisionais	428
2.3. Medidas cautelares alternativas à prisão.....	429
3. Bipolaridade das medidas cautelares e rol taxativo	429
4. Princípios informadores.....	430
4.1. Princípio do contraditório ou da dialeticidade	430
4.2. Princípio da substitutividade	431
4.3. Princípio da revogabilidade ou da provisionalidade	431
4.4. Princípio da proporcionalidade	431
4.5. Princípio da fungibilidade	431
4.6. Princípio da taxatividade	432
4.7. Princípio da temporariedade, temporaneidade ou provisoriade.....	432
4.8. Princípio da jurisdicionalidade	432
4.9. Princípio da motivação	432
4.10. Princípio da excepcionalidade	433
4.11. Princípio da homogeneidade.....	433
4.12. Princípio da finalidade ou justificativa.....	433
5. Momento de aplicação e durabilidade da medida.....	433
6. Requisitos	434
7. Quadro sinótico.....	434
CAPÍTULO 2 – PRISÕES.....	437
1. Conceito.....	437
2. Formalidades e execução	438
2.1. Mandado de prisão	438
2.2. Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar.....	439
2.3. Prisão em perseguição.....	440
2.4. Prisão em território diverso da atuação judicial.....	440
2.5. Prisão especial	441
2.6. Emprego de força e uso de algemas.....	442
2.7. Emprego de força e uso de instrumentos não letais (Lei nº 13.060/2014)	444
2.8. Regime disciplinar diferenciado (RDD).....	445
3. Prisão em flagrante.....	446
3.1. Conceito.....	446
3.2. Espécies de flagrante.....	447
3.2.1. Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro).....	447
3.2.2. Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante).....	447
3.2.3. Flagrante presumido (ficto ou assimilado)	447
3.2.4. Flagrante compulsório ou obrigatório.....	447
3.2.5. Flagrante facultativo	448
3.2.6. Flagrante esperado.....	448
3.2.7. Flagrante preparado, provocado, delito de ensaio ou delito putativo por obra do agente provocador.....	448
3.2.8. Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido, estratégico ou ação controlada)	449
3.2.9. Flagrante forjado	450
3.2.10. Flagrante por apresentação	450
3.2.11. Flagrante cataléptico	451
3.3. Flagrante nas várias espécies de crime.....	452
3.3.1. Flagrante de crime permanente.....	452
3.3.2. Flagrante de crime habitual.....	452
3.3.3. Flagrante de crime de ação penal privada e pública condicionada.....	453

3.3.4.	Flagrante de crime continuado	453
3.3.5.	Flagrante de infração de menor potencial ofensivo	453
3.4.	Sujeitos do flagrante	454
3.4.1.	Sujeito ativo.....	454
3.4.2.	Sujeito passivo.....	454
3.4.2.1.	Prisão de diplomata estrangeiro.....	455
3.4.2.2.	Prisão e aplicação de outras medidas cautelares a Membro do Congresso Nacional.....	457
3.4.3.	Autoridade competente para a lavratura do auto de prisão.....	459
3.5.	Procedimentos e formalidades da prisão em flagrante	460
3.5.1.	Nota de culpa.....	461
3.5.2.	Remessa à autoridade	462
3.6.	Audiência de custódia.....	462
4.	Prisão preventiva	464
4.1.	Conceito.....	464
4.2.	Pressupostos.....	465
4.3.	Hipóteses de decretação	465
4.4.	Infrações que comportam a medida.....	468
4.5.	Decretação da preventiva e sistema recursal	470
4.6.	Fundamentação	472
4.7.	Revogação da prisão preventiva	473
4.8.	Apresentação espontânea.....	474
4.9.	Preventiva <i>versus</i> excludentes de ilicitude	474
5.	Prisão temporária.....	475
5.1.	Conceito	475
5.2.	Decretação.....	476
5.3.	Hipóteses de cabimento.....	476
5.3.1.	Posições doutrinárias históricas	477
5.3.2.	Atual posição do Supremo Tribunal Federal	478
5.4.	Prazos	479
5.4.1.	Regra geral (art. 2º da Lei nº 7.960/1989)	479
5.4.2.	Prazos de prisão temporária nos crimes hediondos e assemelhados	479
5.5.	Procedimento.....	479
6.	Prisão na fase dos recursos	480
7.	Impossibilidade de execução provisória da pena.....	481
8.	Prisão domiciliar	481
9.	Prisão civil	483
10.	Prisão para averiguações	484
11.	Difusões vermelhas (<i>red notices</i>) e a prisão para fins de extradição	484
11.1.	Difusão vermelha ordenada por autoridade judiciária brasileira	485
11.2.	Difusão vermelha oriunda de outro país e prisão cautelar para fins de extradição no Brasil	485
12.	Quadro sinótico.....	487
13.	Súmulas do STJ.....	497
14.	Súmulas do STF.....	497
CAPÍTULO 3 – MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO		499
1.	Medidas cautelares em espécie.....	499
2.	Comparecimento periódico em juízo	499
3.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	499
4.	Proibição de manter contato com pessoa determinada.....	500
5.	Proibição de ausentar-se da comarca.....	500
6.	Recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga.....	500
7.	Suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira	501
8.	Internação provisória do acusado nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça	501
9.	Fiança nas infrações que a admitem	502
10.	Monitoração eletrônica.....	502
11.	Suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor ou proibição de sua obtenção ...	503

TÍTULO X

LIBERDADE PROVISÓRIA COM E SEM FIANÇA

1. Conceito.....	505
2. Espécies.....	505
2.1. Liberdade provisória obrigatória	505
2.2. Liberdade provisória permitida	506
2.3. Liberdade provisória vedada	506
3. Liberdade provisória sem fiança	506
3.1. Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação.....	506
3.2. Liberdade provisória sem fiança e com vinculação	507
3.3. Restrições à liberdade provisória.....	509
3.3.1. Restrições revogadas.....	510
3.3.2. Restrições declaradas inconstitucionais.....	510
3.3.3. Vedação em vigor.....	511
3.4. Fundamentação.....	511
3.5. Liberdade provisória sem fiança ao hipossuficiente	512
3.6. Sistema recursal.....	512
4. Liberdade provisória mediante fiança	512
4.1. Fiança <i>versus</i> liberdade provisória mediante fiança	512
4.2. Objetivos da fiança	512
4.3. Valor da fiança.....	512
4.3.1. Demais critérios para o arbitramento	513
4.4. Modalidades de fiança.....	513
4.5. Obrigações do afiançado.....	514
4.6. Vedações à concessão de fiança (art. 323, CPP)	514
4.7. Impeditivas à concessão de fiança (art. 324, CPP).....	515
4.8. Ineficácia das demais restrições à concessão de fiança.....	516
4.9. Quebra da fiança.....	516
4.10. Perda da fiança	517
4.11. Cassação da fiança	517
4.12. Reforço da fiança	517
4.13. Dispensa da fiança	518
4.14. Procedimento.....	518
4.15. Execução.....	519
5. Quadro sinótico.....	519
6. Súmulas do STJ.....	523
7. Súmulas do STF.....	523

TÍTULO XI

QUESTÕES PREJUDICIAIS E PROCESSOS INCIDENTES

CAPÍTULO 1 – QUESTÕES PREJUDICIAIS	525
1. Considerações iniciais.....	525
1.1. Ponto em sentido processual.....	525
1.2. Questão.....	525
1.2.1. Questão incidente.....	525
1.2.2. Questão prévia.....	526
1.2.3. Questão preliminar ou processual	526
1.2.4. Questão prejudicial.....	526
1.2.5. Questão sucessiva e posterior	527
1.3. Autuação em apartado.....	527
2. Classificação	527
2.1. Prejudicial homogênea e heterogênea.....	527
2.2. Prejudicial obrigatória e facultativa.....	528
2.3. Prejudicial total e parcial.....	528

2.4. Prejudicial devolutiva e não devolutiva (princípio da suficiência).....	529
3. Natureza jurídica.....	530
4. Características.....	530
5. Sistemas de solução.....	531
5.1. Sistema do predomínio da jurisdição penal.....	531
5.2. Sistema da separação absoluta ou prejudicialidade obrigatória.....	531
5.3. Sistema da prejudicialidade facultativa ou sistema da remessa facultativa	531
5.4. Sistema misto ou eclético	531
6. Pressupostos	532
6.1. Pressupostos ao reconhecimento de prejudicial obrigatória (devolutiva absoluta, heterogênea referente ao estado civil das pessoas – art. 92, CPP)	532
6.2. Pressupostos ao reconhecimento de prejudicial facultativa (devolutiva relativa, heterogênea diversa do estado civil das pessoas – art. 93, CPP)	533
7. Procedimento das prejudiciais obrigatórias e facultativas.....	533
7.1. Processamento em razão de prejudicial obrigatória	534
7.2. Processamento em razão do reconhecimento de prejudicial facultativa.....	534
8. Recursos.....	535
9. Prescrição	535
10. Quadro sinótico.....	536
CAPÍTULO 2 – PROCESSOS INCIDENTES.....	539
1. Conceito.....	539
2. Classificação	539
2.1. Quanto à profundidade meritória.....	539
2.2. Quanto à finalidade do incidente.....	539
3. Características.....	540
4. Incidente processual	540
5. Exceções.....	540
5.1. Classificação	541
5.1.1. Quanto aos efeitos que exercem sobre o processo	541
5.1.2. Quanto ao aspecto impugnado da demanda (natureza ou essência da exceção)	541
5.1.3. Quanto à sua forma de processamento ou de autuação.....	541
5.2. Exceção de suspeição.....	542
5.2.1. Legitimidade	542
5.2.1.1. Legitimidade ativa	542
5.2.1.2. Legitimidade passiva.....	543
5.2.2. Petição.....	543
5.2.3. Procedimento	543
5.2.4. Recursos	544
5.2.5. Efeitos	545
5.3. Exceção de incompatibilidade ou de impedimento	545
5.3.1. Processamento.....	545
5.3.2. Efeitos	546
5.3.3. Recursos	546
5.4. Exceção de incompetência.....	546
5.4.1. Legitimidade ativa	547
5.4.2. Procedimento	547
5.4.3. Recursos	548
5.4.4. Efeitos	548
5.5. Exceção de litispendência	548
5.5.1. Arguição	549
5.5.2. Procedimento	549
5.5.3. Recursos	549
5.6. Exceção de ilegitimidade de parte.....	549
5.6.1. Procedimento	550
5.6.2. Efeitos	550
5.6.3. Recursos	550

5.7.	Exceção de coisa julgada (<i>exceptio rei judicatae</i>).....	550
5.7.1.	Considerações sobre a coisa julgada.....	550
5.7.1.1.	Função e espécies.....	550
5.7.1.2.	Natureza jurídica.....	551
5.7.2.	Requisitos	551
5.7.3.	Procedimento	552
5.7.4.	Recursos	552
5.7.5.	Efeitos	552
6.	Conflito de jurisdição.....	553
6.1.	Espécies de competência	554
6.2.	Arguição.....	554
6.3.	Processamento	555
6.4.	Recursos.....	555
7.	Conflito de atribuições.....	556
7.1.	Competência para dirimir o conflito	556
7.2.	Processamento	557
8.	Restituição de coisas apreendidas.....	557
8.1.	Autoridade restituinte.....	558
8.2.	Confisco.....	558
8.3.	Procedimento.....	559
8.4.	Recursos.....	560
9.	Medidas assecuratórias	560
9.1.	Procedimento.....	561
9.2.	Natureza jurídica e finalidade.....	561
9.3.	Sequestro de bens imóveis e móveis	561
9.3.1.	Pressupostos para a decretação	562
9.3.1.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	562
9.3.1.2.	<i>Periculum in mora</i>	563
9.3.2.	Embargos contra a decisão de sequestro de bens.....	563
9.3.3.	Recursos	564
9.3.4.	Levantamento	564
9.3.5.	Destinação dos bens sequestrados	564
9.4.	Arresto de bens	565
9.4.1.	Pressupostos para a decretação	565
9.4.1.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	565
9.4.1.2.	<i>Periculum in mora</i>	566
9.4.2.	Procedimento	566
9.4.3.	Recursos	566
9.4.4.	Levantamento do arresto de bens.....	566
9.4.5.	Destinação dos bens arrestados	566
9.5.	Hipoteca legal.....	567
9.5.1.	Cabimento e legitimidade.....	567
9.5.2.	Pressupostos para a decretação	568
9.5.2.1.	<i>Fumus comissi delicti</i>	568
9.5.2.2.	<i>Periculum in mora</i>	568
9.5.3.	Embargos.....	568
9.5.4.	Procedimento	569
9.5.5.	Recurso	569
9.5.6.	Levantamento	569
9.5.7.	Destinação ao final do processo.....	570
9.6.	Sequestro de bens por delito contra a Fazenda Pública (Decreto-Lei nº 3.240/1941).....	570
9.7.	Medidas assecuratórias na Lei de Drogas.....	571
9.8.	Medidas assecuratórias na Lei de Lavagem de Dinheiro	572
9.9.	Medidas assecuratórias por crimes de tráfico de pessoas (Lei nº 13.344/2016).....	573
9.10.	Possibilidade de alienação antecipada de bens constritos	574
10.	Incidente de falsidade.....	574
10.1.	Iniciativa	575

10.2. Procedimento.....	575
10.3. Efeitos.....	575
10.4. Recursos.....	576
11. Incidente de insanidade mental.....	576
11.1. Procedimento.....	577
11.2. Sequência.....	577
11.3. Recursos.....	578
11.4. Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena	578
11.5. Insanidade mental superveniente	579
12. Ação civil de confisco (<i>civil forfeiture action</i>)	579
13. Quadro sinótico.....	580
14. Súmulas do STJ.....	591

TÍTULO XII SUJEITOS NO PROCESSO

1. Linhas introdutórias.....	593
1.1. Posicionamento dos sujeitos processuais na persecução penal	593
1.2. Relação processual penal	594
1.3. Classificação dos sujeitos do processo	594
2. Juiz.....	594
2.1. Impedimento.....	595
2.2. Incompatibilidade.....	596
2.3. Suspeição	596
2.4. Cessação do impedimento ou da suspeição	596
3. Ministério Público.....	597
3.1. Princípios institucionais.....	597
3.1.1. Princípio da unidade do Ministério Público.....	597
3.1.2. Princípio da indivisibilidade do Ministério Público	597
3.1.3. Princípio da independência funcional.....	597
3.1.4. Princípio da obrigatoriedade.....	598
3.1.5. Princípio da indisponibilidade.....	598
3.1.6. Princípio da irrecusabilidade	598
3.1.7. Princípios não recepcionados pela Constituição	598
3.2. Imparcialidade subjetiva	599
3.3. Organização	599
3.4. Atuação.....	600
4. Funcionários do Poder Judiciário.....	600
5. Auxiliares do juízo.....	601
6. Acusado e defensor.....	602
7. Querelante	604
8. Assistente do Ministério Público.....	604
9. Assistente da defesa.....	606
10. Quadro sinótico.....	607
11. Súmulas do STJ.....	610
12. Súmulas do STF.....	610

TÍTULO XIII ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL

1. Formas de comunicação processual	611
2. Citação.....	611
2.1. Espécies de citação.....	612
2.1.1. Citação por mandado	612
2.1.1.1. Requisitos do mandado de citação.....	612
2.1.1.2. Horário e local da citação.....	612

2.1.2.	Citação por carta precatória.....	612
2.1.3.	Citação do militar.....	613
2.1.4.	Citação do acusado preso.....	613
2.1.5.	Citação do funcionário público.....	613
2.1.6.	Citação no estrangeiro.....	613
2.1.7.	Citação por edital.....	613
2.1.8.	Citação por hora certa.....	614
2.1.9.	Citação por aplicativo de mensagem.....	615
3.	Notificação.....	616
4.	Intimação.....	616
4.1.	Intimação do Ministério Público e da Defensoria Pública.....	616
4.2.	Intimação do defensor dativo e do advogado.....	616
4.3.	Fluência e contagem dos prazos.....	617
4.3.1.	Suspensão do prazo da advogada adotante ou que se tornar mãe.....	617
4.4.	Intimação em audiência.....	618
4.5.	Regras especiais de intimação em matéria processual penal.....	618
4.5.1.	Intimação do acusado preso.....	618
4.5.2.	Intimação por carta.....	618
5.	Revelia e suspensão do processo penal.....	618
6.	Comunicações processuais eletrônicas.....	620
7.	Quadro sinótico.....	621
8.	Súmulas do STJ.....	625
9.	Súmulas do STF.....	625

TÍTULO XIV PROCEDIMENTOS

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS	627
1. Introdução.....	627
2. Distinção entre processo e procedimento.....	628
3. Conceito de processo.....	628
4. Instrumentalidade do direito material.....	628
5. Espécies de procedimentos no Direito Processual Penal.....	629
6. Aplicação subsidiária do procedimento comum ordinário.....	629
7. Previsão de prioridade de tramitação.....	630
8. Quadro sinótico.....	630
CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTO COMUM	633
1. Critério para a definição do procedimento comum.....	633
2. Procedimento comum ordinário.....	634
2.1. Petição inicial acusatória.....	634
2.2. Recebimento da peça acusatória.....	635
2.3. Resposta preliminar à acusação e citação do réu.....	636
2.4. Possibilidade de absolvição sumária.....	638
2.5. Audiência de instrução e julgamento.....	638
2.5.1. Declarações do ofendido.....	640
2.5.2. Testemunhas.....	641
2.5.3. Esclarecimentos dos peritos, reconhecimento de pessoas e acareações.....	642
2.5.4. Interrogatório do acusado.....	642
2.5.5. Requerimento de diligências.....	643
2.5.6. Debates ou alegações finais escritas.....	644
2.6. Sentença.....	645
2.7. Sequência.....	645
3. Procedimento comum sumário.....	646
3.1. Distinções do procedimento comum sumário.....	647
3.2. Fungibilidade entre o procedimento comum sumário e o sumaríssimo.....	647
3.3. Audiência de instrução e julgamento no procedimento comum sumário.....	647
3.4. Conversão do procedimento comum sumário em ordinário.....	648

3.5. Sequência.....	648
4. Procedimento comum sumaríssimo	649
4.1. Previsão constitucional dos juizados especiais criminais	649
4.2. Princípios informadores.....	650
4.3. Competência	650
4.4. Fase preliminar.....	650
4.4.1. Termo circunstanciado de ocorrência	651
4.5. Audiência preliminar	651
4.6. Procedimento sumaríssimo	655
4.6.1. Audiência de instrução e julgamento	655
5. Quadro sinótico.....	658
6. Súmulas do STJ.....	668
7. Súmulas do STF.....	668
CAPÍTULO 3 – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	669
1. Introdução.....	669
2. Procedimento especial dos crimes afiançáveis imputados a funcionário público.....	669
2.1. Oferecimento de denúncia ou queixa-crime	670
2.2. Obrigatoriedade da defesa preliminar.....	670
2.2.1. Natureza jurídica	671
2.2.2. Capacidade postulatória.....	671
2.2.3. Perda da condição de funcionário público	671
2.2.4. Concurso de infratores e de infrações	671
2.3. Efeitos da rejeição da inicial.....	672
2.4. Prosseguimento segundo os termos do rito comum ordinário	672
2.5. Sequência nos crimes imputados a funcionário público	672
3. Procedimento especial dos crimes contra a honra.....	672
3.1. Delitos abrangidos	673
3.2. Tentativa de conciliação prévia	673
3.3. Recebimento da inicial e exceção da verdade.....	673
3.4. Sequência.....	674
4. Procedimento especial para processamento dos crimes de drogas.....	674
4.1. Procedimento para as condutas relativas ao uso de drogas	674
4.2. Procedimento da investigação preliminar dos crimes de tráfico de drogas.....	675
4.3. Procedimento do processo-crime por tráfico de drogas.....	676
4.3.1. Obrigatoriedade da defesa preliminar.....	677
4.3.2. Recebimento da denúncia	677
4.3.3. Resposta preliminar à acusação	677
4.3.4. Possibilidade de absolvição sumária.....	677
4.3.5. Necessidade dos laudos de constatação da droga.....	678
4.3.6. Audiência de instrução e julgamento	679
4.4. Recursos no procedimento dos crimes de tráfico	679
4.5. Sequência.....	680
5. Procedimento especial para os crimes falimentares.....	680
6. Procedimento especial para os crimes contra a propriedade imaterial.....	682
6.1. Apreensão do material e laudo pericial.....	682
6.2. Especialidade do prazo decadencial	683
6.3. Processamento e julgamento	683
7. Procedimento para a restauração de autos extraviados	684
8. Procedimento criminal da ação penal originária nos tribunais.....	685
9. Procedimento especial dos crimes militares	687
9.1. Competência da Justiça Militar da União e dos Estados.....	687
9.2. Aplicação subsidiária do CPP ao procedimento dos crimes militares.....	688
9.3. Procedimento investigativo dos crimes militares	688
9.4. Ação penal no procedimento dos crimes militares.....	689
9.5. Juízo singular e colegiado no procedimento dos crimes militares.....	690
9.6. Procedimento especial para processamento e julgamento dos crimes militares	690

10. Quadro sinótico.....	692
11. Súmulas do STJ.....	705
12. Súmulas do STF.....	705
CAPÍTULO 4 – PROCEDIMENTO ESPECIAL DO JÚRI.....	707
1. Fundamentos.....	707
2. Princípios reitores	708
2.1. Princípio da plenitude de defesa	708
2.2. Princípio do sigilo das votações.....	708
2.3. Princípio da soberania dos veredictos.....	709
3. Competência.....	709
4. Características.....	709
4.1. Órgão heterogêneo.....	709
4.2. Órgão horizontal	710
4.3. Órgão temporário.....	710
4.4. Decisões por maioria de votos.....	710
5. Procedimento especial.....	710
6. <i>Judicium acusationes</i> : primeira fase ou juízo da instrução preliminar.....	710
6.1. Decisão de pronúncia.....	712
6.1.1. Características da cognição judicial.....	713
6.1.2. Natureza jurídica.....	713
6.1.3. A falácia do <i>in dubio pro societate</i>	713
6.1.4. Limites à fundamentação da decisão.....	714
6.1.5. <i>Emendatio libelli e mutatio libelli</i>	715
6.1.6. Intimação	715
6.1.7. Efeitos	716
6.1.8. Correção da decisão	717
6.1.9. Sistema recursal	717
6.2. Sentença de impronúncia.....	717
6.2.1. Natureza jurídica.....	717
6.2.2. Definitividade da impronúncia.....	718
6.2.3. Inconstitucionalidade da sentença de impronúncia	718
6.2.4. Recurso	718
6.2.5. Despronúncia	718
6.3. Sentença de absolvição sumária	719
6.3.1. Natureza jurídica	719
6.3.2. Fundamentos.....	719
6.3.3. Revogação tácita do reexame necessário.....	719
6.4. Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida.....	720
6.4.1. Natureza jurídica.....	720
6.4.2. Consequência e situação prisional.....	720
6.4.3. Sistema recursal	720
6.5. Crimes interligados por conexão ou continência.....	720
7. <i>Judicium causae</i> : segunda fase do júri ou preparação para o julgamento.....	720
7.1. Requerimento de diligências e rol de testemunhas.....	721
7.2. Saneamento dos autos.....	721
7.3. Desaforamento.....	721
7.3.1. Legitimidade	721
7.3.2. Momento para o desaforamento e efeito suspensivo	722
7.3.3. Hipóteses de cabimento	722
7.3.4. Crimes conexos e pluralidades de réus.....	722
7.3.5. Sistema recursal	722
7.3.6. Nova comarca	722
7.3.7. Reaforamento	722
7.4. Preparativos à instalação da reunião do júri.....	723
7.4.1. Alistamento dos jurados.....	723
7.4.2. Organização da pauta.....	724

7.4.3.	Sorteio e convocação dos jurados.....	724
7.4.4.	Função de jurado.....	724
7.4.5.	Reunião e sessões do tribunal do júri.....	726
7.5.	Formação do conselho de sentença.....	727
7.6.	Compromisso e dever de incomunicabilidade.....	728
7.7.	Atos instrutórios.....	728
7.8.	Debates e poderes do juiz.....	729
7.9.	Formulação dos quesitos e votação.....	730
7.10.	Sentença e ata da sessão.....	734
7.11.	Recurso e anulação parcial do julgamento do júri.....	734
8.	Quadro sinótico.....	736
9.	Súmulas do STJ.....	746
10.	Súmulas do STF.....	746
CAPÍTULO 5 – PROCEDIMENTOS NOS ESPAÇOS DE CONSENSO		747
1.	Introdução.....	747
2.	Instrumentos consensuais no procedimento aplicável aos crimes de menor potencial ofensivo.....	748
2.1.	Composição dos danos civis.....	749
2.2.	Transação penal.....	749
2.3.	Suspensão condicional do processo.....	751
3.	Acordo de não persecução penal.....	751
3.1.	Acordo de não persecução penal na Lei de Controle do Crime Organizado.....	752
3.1.1.	Pressupostos.....	753
3.1.2.	Controle de constitucionalidade.....	753
3.2.	Acordo de não persecução penal do Código de Processo Penal.....	755
3.2.1.	Pressupostos.....	755
3.2.2.	Condições de eficácia.....	756
3.2.3.	Causas impeditivas.....	756
3.2.4.	Formalidades.....	757
4.	Quadro sinótico.....	759
5.	Súmulas do STJ.....	761
6.	Súmulas do STF.....	761

TÍTULO XV SENTENÇA PENAL

1.	Introdução.....	763
2.	Atos processuais.....	764
2.1.	Provimentos.....	764
2.1.1.	Despachos de mero expediente.....	764
2.1.2.	Decisões Interlocutórias.....	764
2.1.2.1.	Decisões interlocutórias simples.....	764
2.1.2.2.	Decisões interlocutórias mistas.....	764
2.1.3.	Decisões definitivas, materiais ou sentenças em sentido próprio.....	765
2.1.4.	Decisões terminativas, formais ou sentenças em sentido impróprio.....	765
2.2.	Atos reais ou materiais.....	765
2.2.1.	Atos instrutórios.....	765
2.2.2.	Atos de documentação.....	765
3.	Classificação das sentenças.....	766
3.1.	Sentença declaratória.....	766
3.2.	Sentença constitutiva.....	766
3.2.1.	Sentença constitutiva positiva.....	766
3.2.2.	Sentença constitutiva negativa.....	766
3.3.	Sentença mandamental.....	767
3.4.	Sentença executiva.....	767
3.5.	Sentença condenatória.....	767
3.6.	Sentenças executáveis.....	767

3.7.	Sentenças não executáveis	767
3.8.	Sentenças suicidas.....	767
3.9.	Sentenças vazias.....	767
3.10.	Sentenças subjetivamente simples	768
3.11.	Sentenças subjetivamente plúrimas	768
3.12.	Sentenças subjetivamente complexas.....	768
3.13.	Sentenças autofágicas	768
4.	Entendendo a fundamentação e a estrutura das sentenças	768
4.1.	Fundamentação <i>per relationem</i> ou <i>aliunde</i>	769
4.2.	Estruturação das sentenças	769
4.2.1.	Relatório	769
4.2.2.	Fundamentação	770
4.2.3.	Dispositivo ou conclusão	770
5.	Correlação entre imputação e decisão.....	770
5.1.	<i>Emendatio libelli</i>	771
5.1.1.	<i>Emendatio libelli</i> na fase recursal.....	771
5.1.2.	<i>Emendatio libelli</i> por ocasião do recebimento da denúncia.....	771
5.1.3.	<i>Emendatio libelli</i> por vício de capitulação	772
5.1.4.	<i>Emendatio libelli</i> por interpretação diversa	772
5.1.5.	Procedimento complementar à <i>emendatio libelli</i>	772
5.2.	<i>Mutatio libelli</i>	773
5.2.1.	Vedação da <i>mutatio libelli</i> em grau de recurso	773
5.2.2.	<i>Mutatio libelli</i> e correlação entre pedido e sentença.....	774
5.2.3.	<i>Mutatio libelli</i> e pedido de absolvição.....	774
5.2.4.	<i>Mutatio libelli</i> e imputação alternativa no processo penal.....	775
5.2.5.	Procedimento complementar à <i>mutatio libelli</i>	776
6.	Sentenças em processo penal condenatório	777
6.1.	Relatório e fundamentação da sentença penal condenatória.....	777
6.2.	Parte dispositiva da sentença penal condenatória.....	778
6.3.	Sistema trifásico de aplicação da pena.....	779
6.3.1.	Fixação da pena-base	780
6.3.2.	Fixação da pena intermédia.....	781
6.3.3.	Fixação da pena definitiva.....	781
6.4.	Substituição das penas.....	781
6.5.	Pena de multa.....	782
6.6.	Efeitos da sentença penal condenatória.....	782
6.6.1.	Efeitos penais.....	782
6.6.2.	Efeitos civis.....	783
6.6.3.	Efeitos administrativos.....	784
6.6.4.	Efeitos restritivos de outros direitos	785
6.6.5.	Efeito prodrômico ou <i>non reformatio in pejus</i>	786
7.	Sentença absolutória	787
7.1.	Efeitos da sentença absolutória	788
8.	Sentença declaratória de extinção da punibilidade	790
9.	Publicidade e comunicação processual da sentença	790
9.1.	Publicação da sentença	791
9.2.	Intimação da sentença.....	791
9.2.1.	Intimação da parte autora nas ações penais privadas.....	792
9.2.2.	Intimação do Ministério Público, do defensor público e do defensor dativo	792
9.2.3.	Formas de intimação da sentença.....	792
9.2.4.	Formas de intimação da decisão de pronúncia.....	793
9.2.5.	Prazo de dilação dos editais de intimação da sentença	794
9.2.6.	Intimação do ofendido.....	794
9.2.7.	Intimação da sentença por carta precatória.....	795
10.	Coisa julgada e preclusão.....	795
10.1.	Natureza jurídica da coisa julgada.....	795
10.2.	Espécies de preclusão	795

10.3. Coisa julgada criminal e revisão criminal <i>favor rei</i>	796
10.4. Coisa julgada criminal e o princípio da correlação entre causa petendi e sentença.....	796
11. Quadro sinótico.....	797
12. Súmulas do STJ.....	807
13. Súmulas do STF.....	807

TÍTULO XVI RECURSOS

CAPÍTULO 1 – Teoria Geral dos Recursos.....	809
1. Conceito.....	809
2. Natureza jurídica.....	810
3. Fundamentos e o duplo grau de jurisdição	811
4. Princípios recursais.....	812
4.1. Princípio da voluntariedade	812
4.2. Princípio da taxatividade	813
4.3. Princípio da unirrecorribilidade, da singularidade ou da unicidade	814
4.4. Princípio da fungibilidade recursal ou do recurso indiferente, do tanto vale, da permutabilidade dos recursos ou da conversibilidade dos recursos.....	814
4.5. Princípio da convação	815
4.6. Princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i>	815
4.7. Princípio da conversão	816
4.8. Princípio da complementariedade dos recursos.....	816
4.9. Princípio da suplementariedade ou da suplementação dos recursos	817
4.10. Princípio da variabilidade dos recursos	817
4.11. Princípio da dialeticidade dos recursos	817
4.12. Princípio da intrascendência ou da personalidade	818
4.13. Princípio da colegialidade recursal	818
5. Impedimentos recursais	819
5.1. Desistência do recurso	819
5.2. Renúncia ao direito de recorrer	820
5.3. Deserção do recurso	820
6. Pressupostos de admissibilidade recursal.....	820
6.1. Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.....	821
6.1.1. Previsão legal ou cabimento.....	821
6.1.2. Observância das formalidades legais.....	821
6.1.3. Tempestividade recursal	822
6.1.4. Adequação.....	824
6.1.5. Inexistência de fatos impeditivos	824
6.1.6. Motivação.....	824
6.1.7. Sucumbência	825
6.2. Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal.....	825
6.2.1. Interesse recursal	825
6.2.2. Legitimidade para recorrer.....	826
6.2.2.1. Legitimidade recursal geral.....	826
6.2.2.2. Legitimidade recursal especial	827
7. Competência recursal	827
8. Procedimento recursal e terminologia	827
9. Efeitos recursais.....	828
9.1. Efeito devolutivo	829
9.2. Efeito suspensivo.....	829
9.3. Efeito regressivo.....	831
9.4. Efeito extensivo.....	832
9.5. Efeito translativo.....	832
9.6. Efeito dilatatório-procedimental.....	832
10. Extinção dos recursos.....	833

11. Quadro sinótico.....	833
12. Súmulas do STJ.....	836
13. Súmulas do STF.....	836
CAPÍTULO 2 – RECURSOS EM ESPÉCIE.....	837
1. Recurso em sentido estrito.....	837
1.1. Interposição	837
1.2. Cabimento.....	838
1.2.1. Hipóteses legais de cabimento.....	838
1.2.1.1. Decisão que não receber denúncia ou queixa (art. 581, I, CPP).....	839
1.2.1.2. Decisão que concluir pela incompetência do juízo (art. 581, II, CPP).....	839
1.2.1.3. Decisão que julgar procedente as exceções, salvo a de suspeição (art. 581, III, CPP)....	839
1.2.1.4. Decisão que pronunciar o réu (art. 581, IV, CPP)	840
1.2.1.5. Decisão que conceder, negar, arbitrar, cassar ou julgar inidônea a fiança, indeferir requerimento de prisão preventiva ou revogá-la, conceder liberdade provisória ou relaxar a prisão em flagrante (art. 581, V, CPP)	840
1.2.1.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor (art. 581, VII, CPP)	840
1.2.1.7. Decisão que reconhecer a prescrição ou julgar extinta a punibilidade (art. 581, VIII, CPP).....	840
1.2.1.8. Decisão que indeferir reconhecimento de causa extintiva de punibilidade (art. 581, IX, CPP)	840
1.2.1.9. Decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou negar a ordem de <i>habeas corpus</i> (art. 581, X, CPP).....	841
1.2.1.10. Decisão de primeiro grau de jurisdição que anular, no todo ou parcialmente, o processo, a partir da instrução criminal (art. 581, XIII, CPP).....	841
1.2.1.11. Decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir (art. 581, XIV, CPP).....	841
1.2.1.12. Decisão que não receber apelação criminal ou julgá-la deserta (art. 581, XV, CPP).....	841
1.2.1.13. Decisão que suspender o processo em face de questão prejudicial (art. 581, XVI, CPP)	841
1.2.1.14. Decisão que julgar o incidente de falsidade documental (art. 581, XVIII, CPP).....	842
1.2.1.15. Decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A, do Código. (art. 581, XXV, CPP)	842
1.2.2. Hipóteses de recurso em sentido estrito revogadas tacitamente pelo art. 197, da LEP	842
1.3. Processamento e julgamento.....	842
2. Apelação criminal.....	844
2.1. Funções.....	845
2.2. Limites à cognoscibilidade da apelação criminal nos procedimentos do júri.....	845
2.3. Extensão.....	845
2.4. Interposição	846
2.5. Cabimento	847
2.5.1. Sentenças condenatórias ou absolutórias prolatadas por juiz singular (art. 593, I, CPP)	847
2.5.2. Decisões definitivas, ou com força de definitivas, proferidas por juiz singular, não inseridas nas hipóteses de recurso em sentido estrito (art. 593, II, CPP)	847
2.5.3. Decisões do tribunal do júri (art. 593, III, CPP).....	848
2.5.4. Sentença de impronúncia (art. 416, CPP).....	849
2.5.5. Sentença de absolvição sumária (art. 416, CPP).....	849
2.5.6. Decisões do juizado especial criminal (art. 82, Lei nº 9.099/1995).....	850
2.6. Processamento e julgamento.....	850
3. Carta testemunhável.....	853
3.1. Interposição	854
3.2. Cabimento.....	855
3.3. Processamento e julgamento.....	856
4. Embargos de declaração.....	857
4.1. Oposição.....	857
4.2. Cabimento.....	858
4.3. Processamento e julgamento.....	858
5. Agravo interno inominado ou regimental.....	859
5.1. Interposição	859
5.2. Cabimento.....	859
5.3. Processamento e julgamento.....	860
6. Embargos infringentes e de nulidade	860

6.1.	Interposição	860
6.2.	Cabimento dos embargos infringentes e de nulidade.....	861
6.3.	Cabimento dos embargos infringentes no STF.....	862
6.4.	Processamento e julgamento.....	863
7.	Recursos especial e extraordinário.....	863
7.1.	Interposição	864
7.2.	Prazo e sua contagem.....	864
7.3.	Modalidade adesiva.....	864
7.4.	Efeitos.....	865
7.5.	Cabimento	866
7.6.	Processamento e julgamento.....	869
8.	Recurso ordinário constitucional.....	870
8.1.	Interposição	871
8.2.	Cabimento	871
8.3.	Processamento e julgamento.....	872
9.	Agravo em recurso especial e extraordinário	872
9.1.	Interposição	873
9.2.	Cabimento	874
9.3.	Processamento e julgamento.....	874
10.	Embargos de divergência.....	875
10.1.	Interposição	875
10.2.	Cabimento	875
10.3.	Processamento e julgamento.....	876
11.	Agravo em execução	876
11.1.	Interposição	877
11.2.	Cabimento	877
11.3.	Processamento e julgamento.....	878
12.	Reclamação contra a lista geral de jurados	878
12.1.	Interposição	878
12.2.	Cabimento.....	878
12.3.	Processamento e julgamento.....	879
13.	Quadro sinótico.....	879
14.	Súmulas do STJ.....	897
15.	Súmulas do STF.....	897

TÍTULO XVII AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

1.	Introdução.....	899
2.	Ação de <i>habeas corpus</i>	900
2.1.	Natureza jurídica	901
2.2.	Cabimento	901
2.2.1.	Falta de justa causa.....	902
2.2.2.	Excesso de prazo	902
2.2.3.	Incompetência do órgão coator.....	903
2.2.4.	Cessação dos motivos da coação.....	903
2.2.5.	Negativa injustificada de presta�o de fiança	903
2.2.6.	Processo manifestamente nulo.....	903
2.2.7.	Extin�o da punibilidade.....	904
2.2.8.	Outras hipóteses de cabimento	904
2.3.	Causa de pedir e coisa julgada	905
2.4.	Espécies de <i>habeas corpus</i>	905
2.4.1.	Preventivo.....	905
2.4.2.	Repressivo ou liberatório.....	906
2.4.3.	Suspensivo	906
2.4.4.	Profilático ou trancativo.....	906
2.5.	<i>Habeas corpus</i> e pena privativa de liberdade	906

2.6.	Pedido genérico em <i>habeas corpus</i>	906
2.7.	<i>Habeas corpus</i> e transgressão disciplinar.....	906
2.8.	Competência	907
2.9.	Legitimidade	910
2.9.1.	Legitimidade ativa	910
2.9.2.	Legitimidade passiva	910
2.10.	Forma de propositura.....	911
2.11.	Procedimento.....	911
2.12.	Julgamento	913
2.13.	Trancamento do inquérito, do processo ou do termo circunstanciado de ocorrência.....	914
2.14.	<i>Habeas corpus ex officio</i> , liberdade provisória e relaxamento de prisão.....	915
2.15.	Recursos em <i>habeas corpus</i> e <i>habeas corpus</i> substitutivo.....	916
2.15.1.	Jurisprudência defensiva	917
3.	Ação de mandado de segurança em matéria penal.....	917
3.1.	Cabimento	918
3.2.	Competência	920
3.3.	Legitimidade	921
3.3.1.	Legitimidade ativa	921
3.3.2.	Legitimidade passiva	921
3.4.	Procedimento.....	922
3.5.	Mandado de segurança coletivo	923
4.	Ação de revisão criminal.....	924
4.1.	Cabimento	925
4.2.	Inexistência de prazo para propositura da ação revisional.....	925
4.3.	Competência	926
4.4.	Legitimidade.....	926
4.4.1.	Legitimidade ativa.....	926
4.4.2.	Legitimidade passiva	927
4.5.	Propositura	927
4.6.	Procedimento.....	927
4.7.	Julgamento e indenização.....	928
5.	Correição parcial	930
5.1.	Legitimidade	931
5.1.1.	Legitimidade ativa	931
5.1.2.	Legitimidade passiva	931
5.2.	Propositura	931
5.3.	Prazo para apresentação.....	931
5.4.	Cabimento	931
5.5.	Processamento e julgamento.....	932
6.	Reclamação constitucional.....	932
6.1.	Ajuizamento	933
6.2.	Cabimento	933
6.3.	Processamento e julgamento.....	934
7.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	934
7.1.	Legitimidade	934
7.2.	Cabimento	934
7.3.	Processamento	935
7.4.	Julgamento	935
8.	Quadro sinótico.....	936
9.	Súmulas do STJ.....	949
10.	Súmulas do STF.....	949

TÍTULO XVIII NULIDADES

CAPÍTULO 1 – TEORIA DA NULIDADE	951
1. Introdução.....	951

2. Nulidade como defeito e sanção.....	952
3. Entendendo o tema	953
4. Noção de prejuízo.....	953
5. Nulidade e rescindibilidade.....	954
6. Sistemas de nulidades: rol exemplificativo	954
7. Fundamento constitucional.....	956
8. Tipicidade e atipicidade do ato processual	957
9. Elementos e formalidades do ato processual penal	957
10. Relativização das nulidades processuais	959
11. Princípios informativos das nulidades	959
11.1. Princípio do <i>pas de nullité sans grief</i> , do prejuízo ou da transcendência	960
11.2. Princípio da conservação dos atos processuais ou aproveitamento.....	960
11.3. Princípio do interesse na alegação ou da proteção.....	961
11.4. Princípio da instrumentalidade das formas ou da finalidade	961
11.5. Princípio da verdade substancial ou da verdade real	962
11.6. Princípio da economia processual.....	962
11.7. Princípio da duração razoável do processo ou da celeridade.....	962
11.8. Princípio da convalidação dos atos processuais	963
11.9. Princípio da oportunidade ou da preclusão	963
11.10. Princípio da anuência das partes	964
11.11. Princípio do contraditório	964
11.12. Princípio da causalidade, concatenação, da consequencialidade ou da interdependência dos atos processuais	965
11.13. Princípio da generalidade ou do rol aberto.....	965
11.14. Princípio da eficácia do ato viciado	965
11.15. Princípio da boa-fé objetiva e o <i>duty to mitigate the loss</i> na esfera criminal	965
12. Efeitos.....	966
13. Quadro sinótico.....	967
14. Súmulas do STF.....	970
CAPÍTULO 2 – NULIDADES EM ESPÉCIE.....	971
1. Introdução.....	971
2. Falta ou deficiência de defesa.....	972
3. Ilegitimidade da parte.....	974
4. Incompetência do juízo.....	976
5. Incompatibilidade, impedimento, suspeição ou suborno do juiz.....	978
6. Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação.....	980
7. Ausência de intervenção do Ministério Público	981
8. Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu	982
9. Vícios na decisão de pronúncia e rol de testemunhas	983
10. Não intimação do réu da data de julgamento pelo júri	984
11. Presença de pelo menos quinze jurados para o júri.....	984
12. Concessão de prazos processuais.....	985
13. Falta de intimação de testemunhas.....	986
14. Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios	988
15. Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados	989
16. Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri	990
17. Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular	990
18. Decisão carente de fundamentação e demais vícios na sentença ou decisão.....	991
19. Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário	994
20. Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais	995
21. Descumprimento do quorum legal de julgamento nos tribunais.....	996
22. Omissão de formalidade essencial de ato processual	996
23. Vícios na investigação preliminar	997
24. Quadro sinótico.....	998
25. Súmulas do STJ.....	1005
26. Súmulas do STF.....	1005

TÍTULO XIX

DISPOSIÇÕES GERAIS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. Audiências e sessões.....	1007
2. Publicidade	1008
3. Poder de polícia do juiz	1008
4. Prazos penais e processuais penais	1009
4.1. Fluência dos prazos processuais	1009
4.2. Prazos processuais em espécie	1012
4.3. Princípios informadores da disciplina dos prazos processuais	1013
4.3.1. Princípio da paridade e da igualdade de tratamento	1013
4.3.2. Princípio da brevidade	1013
4.3.3. Princípio da economia processual	1013
4.3.4. Princípio da utilidade	1014
4.3.5. Princípio da preclusão	1014
4.3.6. Princípio da continuidade	1014
4.3.7. Princípio da irredutibilidade ou da inalterabilidade de prazos	1014
4.3.8. Princípio da improrrogabilidade subjetiva	1014
4.3.9. Princípio da prorrogabilidade objetiva	1014
5. Retirada dos autos	1014
6. Custas processuais	1014
7. Substituição do escrivão ou diretor de secretaria	1016
8. Estatística judiciária criminal	1016
9. Quadro sinótico.....	1017
10. Súmulas do STJ.....	1019
11. Súmulas do STF.....	1019

TÍTULO XX

EXECUÇÃO PENAL

1. O consenso e o conflito na execução penal.....	1021
2. Natureza jurídica.....	1022
3. Autonomia do processo executivo penal	1022
4. Requisitos	1023
5. Objetivos.....	1023
6. Juízo competente.....	1023
6.1. Competência do juízo federal da execução penal para julgar ação penal de conhecimento.....	1025
7. Princípios norteadores	1025
7.1. Princípio do devido processo legal.....	1025
7.2. Princípio da individualização da pena.....	1025
7.3. Princípio da personalização da pena	1026
7.4. Princípio da legalidade	1026
7.5. Princípio da irretroatividade da lei	1027
7.6. Princípios do contraditório e ampla defesa.....	1027
7.7. Princípios informativos da prova penal	1028
7.8. Princípio da isonomia.....	1028
7.9. Princípio da não-autoincriminação.....	1028
7.10. Princípio reeducativo	1028
7.11. Princípio do duplo grau de jurisdição	1029
7.12. Princípio da humanização.....	1029
7.13. Princípio da cooperação comunitária	1029
7.14. Princípio da oficialidade	1029
7.15. Princípio da publicidade	1029
7.16. Princípio da motivação das decisões.....	1029
7.17. Princípio <i>numerus clausus</i>	1029
8. Aplicação ao preso provisório.....	1030

9. Órgãos da execução penal	1030
9.1. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	1030
9.2. Conselho Penitenciário	1030
9.3. Departamento Penitenciário Local	1030
9.4. Direção do estabelecimento penal	1030
9.5. Quadro do pessoal penitenciário	1030
9.6. Patronato público ou particular	1031
9.7. Conselho da Comunidade	1031
9.8. Defensoria Pública	1031
10. Localidade de cumprimento de pena	1031
11. Estabelecimentos para cumprimento de pena	1032
11.1. Penitenciária	1032
11.2. Colônia agrícola, industrial ou similar	1033
11.3. Casa do Albergado	1033
11.4. Centro de Observação	1033
11.5. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	1034
11.6. Cadeia pública	1034
12. Critérios para separação de presos provisórios e apenados	1034
13. Execução indireta de atividades acessórias (privatização ou terceirização no sistema prisional)	1034
14. Deveres do preso durante a execução da pena	1035
15. Direitos do preso durante a execução da pena	1035
15.1. Direitos políticos	1036
15.2. Visita	1037
15.3. Comunicação	1037
15.4. Assistência	1038
15.5. Trabalho	1039
16. Identificação do perfil genético	1040
17. Faltas disciplinares	1043
17.1. Classificação	1044
17.2. Procedimento para a aplicação de sanção	1044
18. Regime Disciplinar Diferenciado	1045
18.1. Requisitos para inclusão no Regime Disciplinar Diferenciado	1045
18.2. Condições para cumprimento do Regime Disciplinar Diferenciado em presídio federal	1045
18.3. Prorrogação	1046
18.4. Características	1046
19. Recompensas	1046
20. Intervenção do ministério público na execução penal	1046
21. Penas privativas de liberdade	1047
22. Penas restritivas de direito	1047
23. Pena de multa	1049
24. Medida de segurança	1050
25. Prisão albergue domiciliar	1052
26. Procedimento da execução penal	1052
26.1. Guia de execução penal	1052
26.2. Processamento da execução penal	1053
27. Execução provisória da pena	1053
28. Regime de cumprimento da pena	1054
28.1. Regressão de regime	1054
28.2. Regressão cautelar	1055
28.3. Progressão de regime	1055
28.3.1. Disciplina legal anterior do requisito temporal necessário à progressão de regime	1055
28.3.2. Progressão de regime da mulher gestante, mãe de criança ou com dependente	1056
28.3.3. Requisito temporal diferenciado para a progressão de regime	1056
28.3.4. Exigência de bom comportamento para fins de progressão de regime	1057
28.3.5. Progressão por salto	1058
29. Livramento condicional	1058
30. Condições para cumprimento de regime de pena	1061

31. Incidentes e conversões.....	1062
31.1. Doença mental superveniente	1063
31.2. Desvio e excesso de execução	1063
32. Anistia e indulto	1063
33. Remição pelo estudo e pelo trabalho	1065
33.1. Remição ficta e degradante.....	1066
34. Detração penal	1067
35. Autorizações de saída	1067
35.1. Permissão de saída.....	1067
35.2. Saída temporária	1067
36. Monitoração eletrônica.....	1068
37. Suspensão condicional da pena.....	1069
38. Meios de impugnação	1070
39. Extinção de punibilidade pelo cumprimento da pena	1071
40. Quadro sinótico.....	1071
41. Súmulas do STJ.....	1088
42. Súmulas do STF.....	1088